

REQUERIMENTO N° _____, DE 2015 - CI

Solicita realização de Audiência Pública para discussão sobre a Portaria da SPU nº 404, de 2012, que cria um complexo processo de outorga para o uso do espaço físico sobre águas públicas e também uma cobrança sobre os atuais e futuros portos, bem como o artigo 6º da Portaria da SEP nº 110, de 2013, que limita os investimentos em terminais portuários.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para discutir se a Portaria da SPU nº 404, de 2012 exorbita seu poder regulador ao criar um complexo processo de outorga para o uso do espaço físico sobre águas públicas e para verificar os efeitos da criação de uma cobrança sobre os atuais e futuros portos, bem como a discussão do artigo 6º da Portaria da SEP nº 110, de 2013, que limita os investimentos em terminais portuários.

Solicito, ademais, que a audiência seja realizada em duas partes, primeiramente para discutir a Portaria da SPU nº 404, de 2012, e

posteriormente para discutir o artigo 6º da Portaria da SEP nº 110, de 2013, ambas com a presença dos seguintes convidados:

- **MARIA APARECIDA CARDOSO** - Coordenadora Geral de Administração da Secretaria de Patrimônio da União – **SPU**
- **MÁRIO POVIA** - Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – **ANTAQ**
- **FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA** - Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – **ANTAQ**
- **GUILHERME PENIN SANTOS DE LIMA** - Secretário Executivo da Secretaria de Portos da Presidência da República – **SEP/PR**
- **WILEN MANTELI** - Diretor Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários – **ABPT**
- **LUIZ ANTÔNIO PAGOT** - Vice-Presidente Secretário da Associação dos Terminais Portuários de Uso Privado e das Estações de Transbordo de Cargas da Hidrovia Tapajós – **ATAP**
- **MURILLO BARBOSA** - Diretor-Presidente da Associação de Terminais Portuários Privados – **ATP**

JUSTIFICAÇÃO

Esta audiência se justifica, para verificar a competência da Portaria da SPU nº 404, de 2012 sobre as águas públicas, portos e instalações portuárias, bem como para analisar os efeitos do artigo 6º da Portaria da SEP nº 110, de 2013 que limita os investimentos em terminais portuários.

Sala das Sessões, em de 2015.

Senador BLAIRO MAGGI